
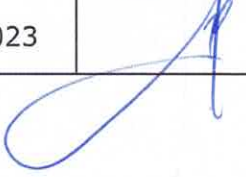


|  |                             |
|--|-----------------------------|
| <b>Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim"</b> | Código: RIN.ADM.JUR.JIC.001 |
| Regulamento Interno                                    | Versão: 002                 |
| Institucional  | Data da Emissão: 13/03/2023 |

**REGULAMENTO DE PROTEÇÃO AO DENUNCIANTE DE BOA-FÉ****Histórico de Versões**

001 - Emissão inicial.

002 - Alteração nos arts. 1º, 8º, 9º, 10º, 11º, 22º, 26º, 27º, 30º e 32º.

| Fase              | Nome                          | Setor/Unid.                        | Data       | Documento   |
|-------------------|-------------------------------|------------------------------------|------------|---|
| <b>Elaboração</b> | Claudia Nobre Saldanha        | Gerência Jurídica/Sede             | 25/11/2022 |  |
| <b>Análise</b>    | Emilene Audrey Gabriel Flores | Gerência Jurídica/Sede             | 25/11/2022 |  |
|                   | Alexandre D'Aurea             | Gerência Jurídica/Sede             | 10/03/2023 |  |
| <b>Aprovação</b>  | Mario Santoro Junior          | Presidente do Comitê de Governança | 10/03/2023 |  |

Classificação da informação: Pública  
RIN.ADM.JUR.JIC.001.002

Pág. 1 de 8

## SUMÁRIO

|  |          |
|--|----------|
| <b>CAPÍTULO I - OBJETIVO</b>                     | <b>3</b> |
| <b>CAPÍTULO II - ABRANGÊNCIA / APLICAÇÃO</b>     | <b>3</b> |
| <b>CAPÍTULO III - DOCUMENTOS REFERÊNCIA</b>      | <b>3</b> |
| <b>CAPÍTULO IV - PAPÉIS E RESPONSABILIDADES</b>  | <b>4</b> |
| <b>CAPÍTULO V - TERMINOLOGIA E CONCEITO</b>      | <b>4</b> |
| SEÇÃO I - O QUE É O CANAL DE DENÚNCIAS DO CEJAM? | 4        |
| SEÇÃO II - SIGILO VERSUS ANONIMATO               | 4        |
| SEÇÃO III - O QUE É UM DENUNCIANTE DE BOA-FÉ?    | 5        |
| SEÇÃO IV - O QUE É DENÚNCIA CALUNIOSA?           | 5        |
| SEÇÃO V - O QUE É RETALIAÇÃO?                    | 5        |
| <b>CAPÍTULO VI - DIRETRIZES</b>                  | <b>5</b> |
| SEÇÃO I - PROIBIÇÃO DE RETALIAÇÃO                | 5        |
| SEÇÃO II - CONFIDENCIALIDADE                     | 5        |
| SEÇÃO III - CANAL DE DENÚNCIAS                   | 6        |
| SEÇÃO IV - CONSEQUÊNCIAS                         | 7        |
| SEÇÃO V - TRATATIVA DAS DENÚNCIAS                | 7        |

Classificação da informação: Pública  
RIN.ADM.JUR.JIC.001.002

Pág. 2 de 8

## CAPÍTULO I - OBJETIVO

- Art.1º.** Este Regulamento tem por objetivo estabelecer as diretrizes de proteção aos denunciantes de boa-fé que se manifestem no canal de denúncias do CEJAM e a todos aqueles que colaboram com as apurações do Comitê de Governança com apoio do Núcleo de Integridade e Compliance.
- Art.2º.** O presente Regulamento existe para encorajar relatos de condutas que não estão de acordo com os valores da Instituição ou infrações a Lei.
- Art.3º.** Este documento tem validade de 5 (cinco) anos, podendo ser alterado a qualquer tempo e critério da Instituição.

## CAPÍTULO II - ABRANGÊNCIA / APLICAÇÃO

- Art.4º.** As disposições deste Regulamento se aplicam a todos os associados do CEJAM, aos seus dirigentes, conselheiros, colaboradores, fornecedores, prestadores de serviços, voluntários, enfim, a todos os indivíduos que de alguma maneira utilizem o canal de denúncias da Instituição.
- Art.5º.** O presente Regulamento não é aplicável àqueles que realizarem denúncias caluniosas ou de flagrante má-fé. Estes poderão ser identificados e responsabilizados conforme as diretrizes da Instituição.

## CAPÍTULO III - DOCUMENTOS REFERÊNCIA

- Art.6º.** INST.CGV.001 - Regulamento do Comitê de Governança.
- Art.7º.** RIN.INST.001 - Código de Ética e Conduta.
- Art.8º.** RFL.ADM.JUR.JIC.002 - Fluxograma de Denúncias.
- Art.9º.** MIN.ADM.JUR.JIC.001 - Manual de Instrução De Denúncias.

Classificação da informação: Pública  
RIN.ADM.JUR.JIC.001.002

Pág. 3 de 8



## CAPÍTULO IV - PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

**Art.10º.** É compromisso de lealdade e transparência com a Instituição que, ao suspeitar ou detectar quaisquer violações às diretrizes do Código de Ética e Conduta CEJAM (RIN.INST.001), Regulamentos Internos e Políticas ou Legislações vigentes, o caso seja reportado ao Comitê de Governança através do canal de denúncias.

**Art.11º.** Cabe ao Comitê de Governança do CEJAM com apoio do Núcleo de Integridade e Compliance elucidar as dúvidas associadas a este Regulamento e determinar os procedimentos necessários para a sua implementação.

**Art.12º.** A equipe de Inovação e Tecnologia é responsável pela segurança da informação, confiabilidade do sistema contra invasão de *hackers* e impossibilidade de acesso por pessoas não autorizadas.

**Art.13º.** A Instituição, por sua vez, tem a responsabilidade de manter todos os registros de gestão em arquivos confiáveis e seguros, sejam eles físicos ou eletrônicos.

## CAPÍTULO V - TERMINOLOGIA E CONCEITO

### SEÇÃO I - O QUE É O CANAL DE DENÚNCIAS DO CEJAM?

**Art.14º.** O canal de denúncias é o principal meio de comunicação para relatar atos ou infrações às diretrizes do Código de Ética e Conduta, Regulamentos Internos do CEJAM e à legislação vigente.

### SEÇÃO II - SIGILO VERSUS ANONIMATO

**Art.15º.** Anônimo é o indivíduo que não quer expor sua identidade e outros dados pessoais, por segurança ou receio de sofrer algum tipo de retaliação.

**Art.16º.** O sigilo é a garantia de que todas as informações sempre serão tratadas como confidenciais, seja o denunciante anônimo ou não. O CEJAM assegura absoluto sigilo das

Classificação da informação: Pública  
RIN.ADM.JUR.JIC.001.002

Pág. 4 de 8

informações pessoais fornecidas, retorna o contato sobre a denúncia ao denunciante e garante proteção a qualquer tipo de retaliação.

### **SEÇÃO III - O QUE É UM DENUNCIANTE DE BOA-FÉ?**

**Art.17º.** Denunciante é qualquer pessoa, física ou jurídica, que comunique infrações ou condutas efetivas ou em potencial, em desacordo aos princípios e diretrizes estabelecidos no nosso Código de Ética e Conduta, Regulamentos Internos e às leis vigentes.

### **SEÇÃO IV - O QUE É DENÚNCIA CALUNIOSA?**

**Art.18º.** Denúncia caluniosa é qualquer acusação falsa, realizada com intuito de prejudicar alguém. O denunciante que o faz pode ser responsabilizado internamente e responder de forma judicial pelo crime de "denúncia caluniosa", tipificado no artigo 339 do Código Penal.

### **SEÇÃO V - O QUE É RETALIAÇÃO?**

**Art.19º.** Retaliação é toda ação contra uma pessoa visando reparar um insulto ou compensar um prejuízo ou dano causado por ela.

## **CAPÍTULO VI - DIRETRIZES**

### **SEÇÃO I - PROIBIÇÃO DE RETALIAÇÃO**

**Art.20º.** O CEJAM entende que o risco de corrupção é significativamente elevado em ambientes nos quais o ato de comunicar não é estimulado nem protegido. Por este motivo, o CEJAM não tolera atos de retaliação, constrangimento, assédio ou ameaças, veladas ou não, a qualquer pessoa que de boa-fé realize um relato ou colabore de uma apuração interna.

### **SEÇÃO II - CONFIDENCIALIDADE**

**Art.21º.** Todas as informações, incluindo os dados pessoais do denunciante e do denunciado, disponibilizadas no canal de denúncias do CEJAM, são tratadas como confidenciais.

Classificação da informação: Pública  
RIN.ADM.JUR.JIC.001.002

Pág. 5 de 8



**Art.22º.** Estas informações confidenciais possuem controle de acesso restrito a membros do Comitê de Governança e Núcleo de Integridade e Compliance não envolvidos nas denúncias e consultores internos ou externos que participem excepcionalmente das apurações.

**Art.23º.** As informações obtidas no canal de denúncias do CEJAM podem ser fornecidas para a autoridade competente somente mediante ordem judicial.

### SEÇÃO III - CANAL DE DENÚNCIAS - SENSUS

**Art.24º.** O encaminhamento de denúncias pode ser realizado através do registro em nosso canal de denúncias (<https://cejam.org.br/sensus>).

**Art.25º.** Toda denúncia deve conter as seguintes informações:

- I. Município;
- II. Unidade;
- III. Em que data ocorreu o fato(s);
- IV. Desde quando tem conhecimento da ocorrência do(s) fato(s);
- V. Existe fornecedores envolvidos, se sim quais;
- VI. Informação do(s) nome(s) e/ou dados da(s) pessoa(s) envolvida(s);
- VII. Descrição do ocorrido.

**Art.26º.** Não havendo elementos mínimos para início de uma apuração (relatos genéricos), serão solicitadas informações adicionais ao denunciante e, se após 5 (cinco) dias úteis não for feito qualquer contato ou adição de informações, a denúncia será arquivada.

**Art.27º.** É escopo do canal de denúncias receber, direcionar e tratar situações envolvendo:

|   |   |
|---|---|
| 1 | Adulteração de registros contábeis e/ou relatórios financeiros; |
| 2 | Adulteração de relatórios gerenciais e/ou técnicos;             |
| 3 | Agressão física ou verbal                                       |
| 4 | Álcool / drogas   |
| 5 | Assédio Moral   |

Classificação da informação: Pública  
RIN.ADM.JUR.JIC.001.002

Pág. 6 de 8

|    |   |
|----|---|
| 6  | Assédio Sexual  |
| 7  | Atividades políticas e sindicais abusivas                 |
| 8  | Conflito de interesse                                     |
| 9  | Comportamento disruptivo                                  |
| 10 | Comportamento inadequado (moral/sexual)                   |
| 11 | Corrupção   |
| 12 | Danos ou uso indevido à imagem da organização             |
| 13 | Danos ao meio ambiente                                    |
| 14 | Desídia/Insubordinação/Indisciplina                       |
| 15 | Despesas corporativas indevidas                           |
| 16 | Desvio de bens; recursos financeiros; serviços            |
| 17 | Discriminação/preconceito/bullying                        |
| 18 | Divulgação de informações confidenciais                   |
| 19 | Emprego ou atividades paralelas (comércio não autorizado) |
| 20 | Falsificação ou adulteração de documentos                 |
| 21 | Fraude de registro de jornada                             |
| 22 | Furto / desvio / roubo de ativos                          |
| 23 | Lesão ao patrimônio                                       |
| 24 | Pagamentos indevidos                                      |
| 25 | Pornografia/divulgação/ exibição em ambiente profissional |
| 26 | Recebimento / Oferta de Presentes e brindes               |
| 27 | Saúde e segurança   |
| 28 | Utilização indevida de email, internet ou mídias sociais  |
| 29 | Violação de normas ou procedimentos ou protocolos         |
| 30 | Violação ou fraude de sistemas informatizados e-mail      |
| 31 | Violação de legislação                                    |
| 32 | Outros  |

Classificação da informação: Pública  
RIN.ADM.JUR.JIC.001.002

Pág. 7 de 8

#### SEÇÃO IV - CONSEQUÊNCIAS

**Art.28º.** Os relatos são analisados conforme critérios estabelecidos em procedimentos internos, de forma a identificar falhas em processos, ações de melhorias em controles e mitigação de riscos e irregularidades.

**Art.29º.** Medidas disciplinares ou judiciais podem ser aplicadas com base nos critérios da razoabilidade e da proporcionalidade em relação à gravidade de cada caso.

#### SEÇÃO V - TRATATIVA DAS DENÚNCIAS

**Art.30º.** Todos os relatos são tratados pelo Comitê de Governança do CEJAM com apoio do Núcleo de Integridade e Compliance, que faz uma apuração interna com base nas informações fornecidas e emite um parecer sobre a medida a ser adotada em cada caso.

**Art.31º.** A apuração é finalizada no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, de acordo com a necessidade. Quando o prazo final para responder ao pedido coincidir com final de semana ou feriado, o mesmo será prorrogado para o próximo dia útil. Por isso, o prazo para envio da resposta pode não ser sempre o de 30 dias corridos.

**Art.32º.** A Instituição retorna o contato ao denunciante de boa-fé que se identificou, para as denúncias anônimas disponibilizamos a resposta na plataforma SENSUS que pode ser consultado através do número de protocolo recebido pelo denunciante ao registrar a denúncia em nosso Canal de Denúncias.

Classificação da informação: Pública  
RIN.ADM.JUR.JIC.001.002

Pág. 8 de 8